

Socorro à saúde

Uma realidade verdadeiramente calamitosa restou patente na entrevista do ministro da Saúde, Adib Jatene, a este jornal sobre a situação da rede hospitalar e dos serviços de atendimento assistencial. Já há muito se sabia que as unidades oficiais de saúde experimentam um processo corrosivo de decadência, em virtude da escassez de recursos e de vícios gerenciais crônicos. E os estabelecimentos sob controle da iniciativa particular resistem a duras penas ao impacto da crise econômica, com referência especial àqueles conveniados com o INSS.

Jatene demonstrou que a situação é muito grave. À força de decisões judiciais, a maior parte dos recursos oriundos do Finsocial deixou de ser recolhida, num desfalque aproximado de 40 por cento das receitas orçamentárias do Ministério da Saúde. Para se ter idéia mais precisa da conjuntura, observe-se que o Finsocial contribui com Cr\$ 12 trilhões 700 bilhões dos 28 trilhões previstos na Lei de Meios para os gastos do setor. Nenhuma outra projeção numérica poderia refletir com maior crueldade semelhante desequilíbrio orçamentário.

Por falta de atualização, os valores consignados ao pagamento de consultas e atendimento médico declinaram a um patamar insuportável. Assim, o sistema se encontra à beira da falência, os equipamentos não podem ser modernizados, sequer conservados de forma conveniente, reduzem-se as possibilidades de internação e rareiam os recursos humanos. E, por enquanto, Jatene não vislumbra solução plausível, porque minguam as disponibilidades no Ministério da Saúde.

Vista por alguns tribunais como portadora de vício insanável de inconstitucionalidade, a contribuição do Finsocial está suspensa em alguns estados importantes, como São Paulo. Essa tem sido,

desde sua implantação, uma fonte substancial de receitas vinculadas ao atendimento médico-hospitalar. O estancamento dos fluxos de recursos, em proporção tão grande, cria situação de autêntico caos, refletida na prestação de precários serviços de saúde e, em hipóteses cada vez mais amplas, na própria cessação do atendimento.

De pouco ou nada vale, contudo, conhecer as causas do colapso, se não forem consideradas para efeito de soluções urgentes. Afeito às questões do setor por uma dupla vocação, a de perito em cirurgia cardiovascular mundialmente respeitado e a de administrador público experimentado, Jatene sabe como movimentar mecanismos para reverter o quadro deplorável. Não poderá fazê-lo, todavia, na persistência de um impasse financeiro que não será desatado sem a contraprestação de adequados suprimentos de receitas.

A questão dos convênios com hospitais particulares tem suscitado situações irregulares e toda sorte de fraudes. Mas, uma vez adotadas as medidas punitivas, urge tocar adiante o sistema, porque erro maior seria paralisá-lo e deixar milhares de pessoas carentes sem qualquer atendimento.

Repete-se, porém, que é indispensável criar fontes emergenciais de disponibilidades, numa ordem de grandeza capaz de restaurar, pelo menos, um nível mínimo de prestação de serviços médico-hospitalares e conceder ao sistema crescimento próximo à taxa de expansão demográfica. Para um país contaminado por todo tipo de enfermidades, onde não falta sequer imprevista epidemia de cólera, é inaceitável justificar com a falta de dinheiro a suspensão de ações de saúde.